

EDUCOMUNICAÇÃO E JORNALISMO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMUNICAÇÃO/EDUCAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE EM MT E MS

EDUCOMMUNICATION AND JOURNALISM: AN ANALYSIS OF COMMUNICATION/EDUCATION RELATIONS AND THE CONTRIBUTIONS OF PAULO FREIRE IN MT AND MS, BRAZIL

Rose Mara Pinheiro *

Antonia Alves Pereira **

RESUMO:

O foco deste artigo é a aplicação do arcabouço teórico-prático da educomunicação aos cursos de jornalismo, tendo por base os relatos de experiências realizadas em universidades públicas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e considerando, ainda, os pressupostos freireanos. A partir dos estudos que já relacionam o pensamento de Paulo Freire ao jornalismo (IJUIM, 2009; MEDITSCH; FARACO, 2003; MORAES, 2007; OLIVEIRA, 2014), propõe-se resgatar o diálogo e a formação crítica para o exercício de um jornalismo que seja capaz de promover a emancipação de sujeitos, cientes de sua responsabilidade numa sociedade midiaticizada, centrada na tecnologia e nos dispositivos móveis.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, educomunicação, emancipação.

ABSTRACT:

The focus of this article is the application of the theoretical-practical framework of education communication to the courses of journalism, based on the Freirean assumptions and the reports of experiments carried out in public universities in the states of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul in Brazil. From studies that already relate Freire's thought to journalism (IJUIM, 2009; MEDITSCH, FARACO, 2003; MORAES, 2007; OLIVEIRA, 2014), we propose a reflection on the rescue of the dialogue and the critical formation for the exercise

* Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). rose.pinheiro@ufms.br

** Professora do Curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). antoniaalves@unemat.br

of a journalist practice that can promote the emancipation of citizens who aware of their responsibility in a mediated society, focused on technology and mobile devices.

KEYWORDS: Journalism, educommunication, emancipation.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a aplicabilidade do conceito da educomunicação aos cursos de jornalismo, tendo como base a análise do pensamento de Paulo Freire (IJUIM, 2009; MEDITSCH; FARACO, 2003; MORAES, 2007; OLIVEIRA, 2014). Ao discutir essa aproximação, argumentamos que as pesquisas no ensino superior promovem a apropriação epistemológica do conceito nas mais diversas áreas e se estabelecem no tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Desde a identificação da educomunicação enquanto campo autônomo do conhecimento que se materializava em áreas de intervenção com a finalidade de ampliar e criar ecossistemas comunicativos abertos, dialógicos e interdiscursivos (SOARES, 1999) a sua legitimação na sociedade, a reflexão epistemológica tem avançado tanto em pesquisas acadêmicas quanto em práticas espalhadas em instituições de ensino formais e não formais.

A educomunicação, desta forma, é entendida como uma área de intersecção formada na junção da Comunicação e da Educação, propondo-se a resgatar o diálogo, numa gestão participativa, entendendo o processo maior que seu produto final e voltada para a transformação de cidadãos em sujeitos protagonistas de sua relação com o mundo e para o mundo.

Numa sociedade midiaticizada e mediada pela tecnologia e os dispositivos móveis, com acelerada multiplicação de notícias falsas, tanto a escola quanto os veículos de comunicação de massa são colocados à prova, impelidos a uma revisão de seus princípios, valores e práticas.

Antes de se refletir sobre a relação entre educomunicação e jornalismo é importante destacar que o fortalecimento da educomunicação ganhou expressiva visibilidade com três criações significativas: o bacharelado em Comunicação Social com ênfase em educomunicação na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em 2009;

a licenciatura em Educomunicação na Universidade de São Paulo (USP), em 2011; e a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), em 2012.

É fundamental, no entanto, ponderar que o reconhecimento da educomunicação enquanto campo autônomo do conhecimento foi impulsionado depois da divulgação da pesquisa realizada pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP (NCE-USP), com 178 pesquisadores da América Latina, entre 1997 e 1998, cujos resultados foram publicados por Ismar de Oliveira Soares em 1999. Na ocasião foi comprovado que especialistas e profissionais que atuavam na interface comunicação/educação já promoviam práticas dialógicas, tendo Paulo Freire como inspiração para levar os atores sociais ao protagonismo e ao exercício da cidadania.

Como pesquisadoras ligadas à ABPEducom, tendo passado pelo NCE-USP, atualmente estamos atuando em cursos de jornalismo de instituições públicas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em projetos de extensão¹ e de pesquisa², assim como discutindo o ensino a partir desse paradigma.

É por esse motivo que tecemos uma aproximação entre a educomunicação e as pesquisas que têm incorporado os ideais de Paulo Freire ao jornalismo como uma forma de emancipação social (IJUIM, 2009; MEDITSCH; FARACO, 2003; MORAES, 2007; OLIVEIRA, 2014) e de valorização da alteridade no fazer-se jornalista (LAGO, 2016).

PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE A EDUCOMUNICAÇÃO

Uma das provas do crescimento do interesse e da expansão do paradigma da educomunicação são os mais de 64 resultados de grupos de pesquisa certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quando se busca pelo termo “educomunicação”³.

Neste estudo, 55 grupos de pesquisa abordaram o conceito ou seus correlatos, como mídia-educação, processos comunicacionais ou educação ambiental - entendida como educomunicação socioambiental. O termo é apenas citado por 36 linhas de pesquisa e faz parte do nome de 11 grupos. Além disso, um dos grupos, apesar de não ter utilizado o conceito em uma linha de pesquisa, citou o paradigma quando descreveu as suas repercussões.

Dos 64 grupos no Diretório do CNPq, as áreas da comunicação e da educação, com 28 e 14 respectivamente, são propulsoras da educomunicação. Apesar disso, sete grupos da Comunicação e cinco da Educação não mencionam o paradigma, sendo que ambas apresentaram uma linha de pesquisa sobre mídia-educação, além de a palavra ter aparecido no nome de um grupo e em duas linhas de pesquisa.

A perspectiva educucomunicativa se encontra também em grupos das seguintes áreas: Agronomia, Saúde Coletiva, Direito, Artes, Sociologia, Ciências Ambientais, Economia, Química, Ciências da Computação e Informação (2), Psicologia (2).

Apesar de nove grupos não citarem a educomunicação, foram considerados por atuarem a partir de conceitos como mídia-educação - dois grupos trazem a temática como linha de pesquisa - e educação ambiental numa perspectiva de educomunicação socioambiental.

Em relação a sua fundação, dois grupos se constituíram em 1996 e 1997, anteriores à sistematização do conceito (SOARES, 1999). Dez grupos surgiram em 2013, seguidos por sete grupos nos anos de 2014 e 2015; cinco grupos em 2009 e 2004; quatro em 2010, 2011 e 2006; três em 2016, 2008 e 2002; dois grupos em 2017; e um grupo nos anos de 2001, 2003, 2005, 2007 e 2012.

Em sua maioria, as instituições federais, estaduais e privadas apresentam um grupo de pesquisa sobre educomunicação, com exceção da UFCG que conta com cinco grupos, seguida pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) com três grupos; e com dois grupos a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Além dos grupos de pesquisa, o tema está presente na produção acadêmica de pós-graduação em todo o país, além de congressos das áreas. Foram realizadas duas grandes pesquisas sobre educomunicação no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e nos grupos de trabalho “Comunicação e Educação” do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), conforme evidenciaram as pesquisas de Pinheiro (2013) e Messias (2011), respectivamente.

Numa recente atualização das pesquisas de mestrado e doutorado registradas no banco de teses da Capes, podemos constatar um crescimento de 102% no total, comparado ao levantamento de 2013. De 1998 a 2016, 199 pesquisas foram realizadas sobre o paradigma da educomunicação em 56 centros de pesquisa do país. Desse total, lideram o *ranking* a USP, com 63 produções, seguida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tem 17, a Unesp e a Pontifícia Universidade Católica (PUC), com sete cada uma.

Em sua maioria, as pesquisas estão concentradas nas áreas de Comunicação (50%) e de Educação (30%), mas também são realizadas nos campos da Saúde, Psicologia, Direito, Engenharia e Tecnologia.

O crescimento das pesquisas *strictu sensu* também ocorre a partir de 2011, alcançando o maior número em 2014, com 24 publicações. É interessante observar que esse levantamento é feito a partir das produções de mestrado e doutorado registradas no banco de teses da Capes, e que pode haver um número ainda maior de pesquisas que ainda não foram lançadas na plataforma.

De qualquer forma, é um parâmetro para analisar a evolução do interesse pelo conceito da educomunicação, mostrando que pesquisadores de vários campos e linhas de pesquisa estão voltados para analisar as práticas educacionais em todas as suas áreas de intervenção.

INCORPORAÇÃO DOS IDEAIS DE PAULO FREIRE AO JORNALISMO

Como a educomunicação está fundamentada nos pressupostos de Paulo Freire, é importante entender que seus ideais têm sido incorporados às práticas jornalísticas pelo princípio da comunicação dialógica enraizadas em seus escritos, assim como em sua postura crítica diante de uma instância jornalística que deveria assumir a responsabilidade social de levar informações autênticas à sociedade (IJUIM, 2009; MEDITSCH; FARACO, 2003; OLIVEIRA, 2014). Essas reflexões são intrínsecas às premissas educacionais que fomentam a transformação das relações sociais por meio de um jornalismo de emancipação que entende as pessoas enquanto sujeitos que participam ativamente de um processo de comunicação pautado no diálogo.

Meditsch e Faraco (2003) afirmam que os resultados de uma pesquisa sobre a aproximação entre o pensamento de Paulo Freire e o jornalismo e a mídia autorizam a perspectiva de uma aplicação das ideias do educador à prática jornalística em razão de sua

universalidade e da utilidade de suas concepções em relação ao diálogo, rigor, leitura do mundo e percepção crítica da realidade, assim como suas opiniões em relação ao controle de informação, liberdade de imprensa, censura e neutralidade dos meios de comunicação, dentre outras.

Os pesquisadores aprofundam o pensamento freireano a partir da comunicação vista como um processo de diálogo entre sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados para a construção do conhecimento que se dá a partir do “ato de pensar”, de “um pensar certo”, o que é uma questão dialógica (MEDITSCH; FARACO, 2003, p. 27).

Nesse processo, o diálogo é a matéria-prima da comunicação por implicar em um pensar crítico para a constituição de uma educação autêntica entre os interlocutores, mediatisados pelo mundo. Tanto nas obras de Paulo Freire quanto em entrevistas com pessoas ligadas ao educador, esses pesquisadores perceberam a postura crítica da imprensa, análoga a seu pensamento sobre a educação.

Comunicação [é] a coparticipação dos Sujeitos no ato de pensar [...] [ela] implica numa reciprocidade que não pode ser rompida [...] comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE *apud* MEDITSCH; FARACO, 2003, p. 27).

Ao assistir aos noticiários televisivos e comparar telejornais e jornais impressos, Paulo Freire apontava a questão de “poder” que levava um veículo a atuar a serviço de algo ou de alguém. Isso levou o educador a estimular o desenvolvimento do pensamento crítico para que o público receptor tivesse uma visão questionadora em relação às notícias que consumia. Para o jornalista Ricardo Kotscho, um dos entrevistados por Meditsch e Faraco (2003, p. 34): “Paulo mostrava-se frequentemente indignado com a visão conservadora da mídia brasileira no trato das questões sociais e [com] o pequeno espaço dedicado à discussão de assuntos ligados à educação”.

A partir de uma análise ideológica, Paulo Freire perguntava-se a quem serve ou interessa determinado meio de comunicação. Sua posição era eminentemente política, já que criticava a utilização da mídia como um meio que se reduzia à transmissão de informações e comunicados de maneira unidirecional, ignorando sua função de meio de comunicação.

Assim como o todo profissional precisa estar comprometido com a sociedade a partir dos ideários assumidos, a responsabilidade social do jornalista para ser libertadora precisa

passar por questões de comprometimento, transformação, engajamento e humanização em sua atuação, como apontou Ijuim (2009) em discussão a partir de “O compromisso do profissional com a sociedade”, de Paulo Freire, publicado em 1979 no Brasil.

Esse comprometimento do jornalista supera o mero uso das técnicas de investigação e de redação em vista de uma apurada e cuidadosa habilidade de “sentir-se com o mundo”, o que levará ao compromisso com a humanização das pessoas, entendida como um engajamento “corajoso, decidido e consciente, o que impede que seja neutro” (IJUIM, 2009, p. 36).

Nesse processo, Freire (1983 *apud* IJUIM, 2009) afirma que a neutralidade diante do mundo, do histórico e dos valores reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso da solidariedade. Esse engajamento não se trata, necessariamente, de militância com relação a causas, ideologias ou segmentos políticos, mas de uma postura humanizada capaz de transformar a pauta numa narrativa que possa criar identificação com a audiência a partir de uma vivência de solidariedade e cumplicidade com o outro, como defende Cremilda Medina.

Medina (2006, p. 12) complementa que a crise de “degenerescência” no jornalismo traz embutida uma ruptura entre os especialistas e as múltiplas sabedorias, que precisam encontrar seus “elos perdidos” para “darem outras respostas aos impasses históricos”. Nesse momento de sociedade em transição, não bastam tradicionais ou já conhecidas fórmulas e discursos. É necessário repensar procedimentos, técnicas e diretrizes.

No ensino de jornalismo, a crise de paradigma se faz mais alarmante, uma vez que há uma necessidade de redimensionamento de suas próprias técnicas e tecnologias de difusão, passando pela linguagem e pela prática profissional.

Há, sim, demandas sociais que pressionam um outro perfil de profissional - muito mais complexo do que o perfil do jornalista liberal. As crescentes organizações da sociedade formal, a retribalização da sociedade informal, toda a reorganização dos Estados e do mundo empresarial, as novas dimensões do trabalho e a consciência ambiental são alguns dos desafios da antiga aldeia global. As tecnologias da sociedade da informação são facilmente assimiladas; já a visão de mundo e as ferramentas da inteligência natural muito lentamente se abrem para o signo da relação (MEDINA, 2006, p. 14).

Estamos, pois, diante de um processo de prática jornalística emancipatória, não apenas no nível de denúncias, mas de atuação a partir de “um olhar crítico de personagens,

cotidiano e ambiente buscando deslocá-los da sua funcionalidade e reposicioná-los dentro de uma perspectiva estrutural” (OLIVEIRA, 2014, p. 232). Oliveira (2014) discute esse posicionamento a partir das concepções de educação emancipadora, de Paulo Freire, de psicologia da libertação, de Martín-Baró (1985), e de sistematização de experiências, de Oscar Jara (1994).

De acordo com Dennis de Oliveira (2014), esses pensadores enxergam a opressão como produto de uma tipologia de relações que levam os indivíduos a se sujeitarem a elas, podendo ser libertados por um projeto coletivo de emancipação por meio da mudança qualitativa das dimensões relacionais entre seres humanos e natureza.

Para o autor, esse projeto de emancipação coletiva, que é também comunicativa, é capaz de transformar as relações sociais pelo protagonismo dos setores oprimidos. Em sua concepção, esse procedimento é desafiador porque esbarra em elementos estruturais do jornalismo. Por estar inserida em um sistema social que é opressivo, a instituição jornalística se preocupa em manter a ordem vigente, afastando-se das discussões em torno de um possível engajamento. Por outro lado, muitos projetos de jornalismo alternativo ou contra-hegemônico preocupam-se apenas com a disseminação de ideologias de contraposição. Isso significa que o jornalismo pode tanto ser um elemento auxiliar na construção de um sistema de opressão como também um espaço para a criação de um pensamento crítico e de superação (OLIVEIRA, 2014).

Se o jornalismo emancipatório baseado nos ideários de Paulo Freire é engajado, comprometido e transformador, podemos dizer que ele dialoga com a educomunicação em sua meta de efetivo exercício da cidadania. Além disso, podemos dizer que um jornalismo comprometido com a democracia e a cidadania (ARANHA, 2014; BORDENAVE, 1994; PERUZZO, 2007; ROTHBERG, 2012) expressas em uma prática participativa fomenta o exercício da cidadania e o diálogo, levando ao empoderamento (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007) e à descentralização de vozes no ecossistema comunicativo (MARTÍN-BARBERO, 2002; SOARES, 1999).

A noção de empoderamento é a mesma discutida por Horochovski e Meirelles (2007) como algo muito próximo à noção de autonomia, que leva indivíduos e grupos a decidirem sobre as questões que lhes dizem respeito, ou seja, uma perspectiva emancipatória que possibilita aos envolvidos angariar recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão.

Tanto a noção de emancipação quanto de empoderamento apresentam possibilidades de transformação social dos agentes sociais envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, um jornalismo pautado nas premissas educomunicativas pode ajudar na construção de narrativas fundadas na alteridade, na diversidade e na pluralidade.

EDUCOMUNICAÇÃO E JORNALISMO

Se um jornalista humanizado e engajado é capaz de transformar pautas em narrativas que aproximem as pessoas, esse jornalismo que pratica está construindo e ampliando a democracia e qualificando a informação jornalística para o exercício da cidadania, que exige que sejam oferecidas informações completas, complexas e contraditórias, que apontem para o maior número possível das dimensões da vida social (LAGO, 2016). Para Claudia Lago, esse jornalismo plural precisa incorporar o olhar do “outro” para possibilitar o diálogo que se instaura pela narrativa e que resultará do encontro das diferenças, da participação democrática e do empoderamento como possibilidade de expressão individual e coletiva.

Em um de seus mais recentes trabalhos, Soares (2011)⁴ define a educomunicação como “um *paradigma* na interface comunicação/educação”, que pretende atingir pelo menos três objetivos: (1) ampliar a discussão sobre a influência e o relacionamento dos sujeitos e o sistema midiático, tanto para análise quanto para a utilização de dispositivos tecnológicos em sala de aula; (2) incentivar e consolidar “ecossistemas comunicativos nos espaços educativos”, o que pressupõe uma gestão “democrática dos processos comunicativos”; e (3) fortalecer a capacidade de expressão dos indivíduos e grupos.

Nessa perspectiva, o conceito aplica-se tanto ao exercício de uma observação atenta sobre a presença dos sistemas de meios de comunicação numa sociedade em mudanças, promovendo sua “leitura” e “uso” (proximidade com o conceito de “educação para os meios”), quanto ao pleno exercício da liberdade de expressão dos sujeitos sociais em inter-relação nos diferentes espaços educativos (proximidade com a prática da “gestão de processos comunicativos”).

Se a alteridade é regra na educomunicação e possibilita uma narrativa que contemple diferentes olhares, esse paradigma pode ajudar na formação do jornalista por meio da desconstrução dos dispositivos existentes que não preparam para a reflexão sobre a alteridade, já que o jornalista carrega em sua origem o *habitus* de classe e uma formação que desqualifica a alteridade (LAGO, 2016).

Por estar fundamentada numa postura dialógica e interdiscursiva, a educomunicação pode atuar nos currículos dos cursos de jornalismo, tornando-os dinâmicos, participativos e colaborativos, visando à formação de cidadãos engajados em uma sociedade complexa que necessita de múltiplos olhares para o entendimento de seus processos sociais, econômicos, políticos e culturais. Em sua função social, o jornalismo de cunho participativo desperta o olhar do futuro jornalista para que integre o público, reconhecendo-o como leitor produtor de informações e coautor na produção de notícias, situação que não é prática nas redações convencionais que atuam a partir de certo atrelamento econômico com a ordem vigente.

Acredita-se que o *ciberjornalismo*, com suas diversas possibilidades de abertura à participação do público leitor, contribui significativamente nesse processo por se valer das possibilidades oferecidas pelo ciberespaço para uma efetiva participação, realizando uma democratização da informação num processo dialógico a partir de princípios educ comunicativos. Para Primo e Träsel (2006), esse tipo de jornalismo - que eles denominam *webjornalismo participativo* - tem a missão de cobrir o vácuo deixado pela mídia tradicional, numa articulação entre jornalistas e interagentes.

Por si só, a Internet não é sinônimo de democratização, ainda mais quando há uma proliferação e compartilhamento das notícias falsas, apontando para a necessidade urgente de uma alfabetização midiática e digital. A Internet, como um campo emergente para práticas democráticas, depende de suas ações, buscando ampliação de espaços de sociabilidade e de expressão, de uma cultura participativa e de sua apropriação (JENKINS, 2009; LEMOS, 2009; RECUERO, 2009; SAAD, 2009).

É nesse sentido que uma comunicação alternativa em rede, por meio de webmídias e redes ativistas, pode ampliar a defesa da liberdade de expressão e dos direitos da cidadania, combatendo as notícias falsas e aumentando o senso de responsabilidade dos internautas, o que levaria à democratização da comunicação e à construção de uma cultura de solidariedade baseada numa ética de reciprocidade entre os sujeitos (MORAES, 2007).

Essa democratização da comunicação nos cursos pode ser promovida e se ampliar por meio do tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Em uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de jornalismo da UFMT e da Unemat, Pereira, Pedrini e Scaloppe (2018) apontaram que as práticas laboratoriais e extensionistas dos três cursos

- a UFMT oferece o curso em Cuiabá e Barra do Garças e a Unemat, em Alto Araguaia - apresentam os princípios do jornalismo cidadão com fortes indícios educacionais, a saber: produção colaborativa, trabalho em equipe, inter/transdisciplinaridade, metodologias participativas e empoderamento social. Portanto, há brechas nos currículos dos cursos que apontam para um caminho que amplia a democracia e a responsabilidade social do jornalista. Para ser plural, o jornalismo precisa oferecer informações que abranjam as mais diversas instâncias da vida social, incorporando o *Outro*, e instaurando, pelo diálogo, uma narrativa que contemple diversos olhares numa sociedade hegemônica (LAGO, 2016 *apud* PEREIRA, PARENTE, 2016).

Partindo do pressuposto de que na sociedade atual se estabelece o prolongamento do espetáculo que funde publicidade, consumo e informação (PINHEIRO, 2015), a formação do jornalista precisa desconstruir os dispositivos existentes que não preparam para a reflexão sobre a alteridade.

Para essas pesquisadoras que trabalham com projetos educacionais na rede pública, é possível levar o paradigma da educação para o ensino superior, a fim de fomentar uma proposta dialógica que possibilite o encontro das diferenças, a participação democrática e o empoderamento como vias de expressão individual e coletiva (LAGO, 2016), bem como o desenvolvimento de um espaço crítico e criativo voltado para a cidadania e a solidariedade presente em todos os processos de ensino-aprendizagem (PINHEIRO, 2015).

Essas condições se encontram na proposição do jornalismo com esse viés de emancipação, que assegura a diversidade de olhares, a participação cidadã e a formação midiática do público na “construção de uma informação confiável, rigorosa e necessária para a liberdade dos cidadãos e para uma verdadeira democracia, mesmos princípios educacionais” (PEREIRA; PARENTE, 2016, p. 12). Isso levaria ao redimensionamento do espaço público para abranger os direitos fundamentais de cidadania, educação, saúde, ciência e política - valores que se misturam com a prática diária de mercado (PINHEIRO, 2015).

Como uma das metas da educação é a cidadania, há uma relação intrínseca à proposta de um jornalismo comprometido com a democracia e com a cidadania, que se fundamenta no exercício do diálogo, visando a levar os indivíduos a terem voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). É

isso que iremos perceber no próximo tópico sobre algumas práticas educacionais realizadas em nossas instituições.

PRÁTICAS JORNALÍSTICAS EDUCACIONAIS

As práticas bem-sucedidas em torno da educação têm sido motivadoras de iniciativas pelo Brasil afora. Durante o 2º Colóquio Mato-grossense de educação, realizado em 2016, foi possível constatar que são muitos os cursos de jornalismo que vêm trabalhando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na interface comunicação/educação.

Também em 2016, o 7º Congresso Internacional de *ciberjornalismo*, realizado na UFMS, reuniu uma mesa de debates com temas ligados à educação, a saber: um sobre as relações de ensino do jornalismo diante das mídias móveis e outro contemplando a aproximação entre a educação e o *ciberjornalismo*.

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) há uma disciplina no curso de jornalismo e no programa interdisciplinar que integra os cursos de jornalismo, licenciatura e pedagogia. São diversos os projetos de pesquisa e extensão em andamento nas diversas instituições públicas em todo o país. Contudo, apresentamos algumas práticas na Unemat e na UFMS, instituições das proponentes deste artigo.

Para averiguar o paradigma educacional na Unemat, o projeto de pesquisa “Gestão da comunicação nos projetos de extensão Focagen, Revista Se Liga e Catis” investigou, entre 2014 e 2017, como se davam os processos comunicativos desses projetos que se diziam educacionais. Os projetos “Revista Se Liga” e “Focagen” levam alunos de escolas públicas da região a produzirem notícias de cunho cidadão para a revista e para a Agência Júnior de Jornalismo. Ao final, foi constatado que tanto seu discurso quanto sua prática contemplavam uma metodologia participativa, uma comunicação dialógica e o cultivo do espaço para a expressão dos atores sociais nas tomadas de decisões coletivas.

Ainda, uma disciplina eletiva sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação do curso de jornalismo, oferecida entre 2015/2 e 2017/1, foi lecionada a partir das premissas educacionais, levando os alunos a se apropriarem do conteúdo trabalhado para serem produtores de cultura e fomentar a transformação social. Ao final do semestre, os estudantes apresentaram a criação de um ambiente virtual de aprendizagem a

partir de um tema do seu interesse e com a possibilidade de construção de um ecossistema comunicativo dialógico, aberto e interdiscursivo.

Em março de 2017, o evento “Jornalismo, tecnologia e educação”, realizado na UFMS, reuniu mais de 150 docentes e acadêmicos dos cursos de jornalismo de Mato Grosso do Sul, além de pesquisadores e profissionais de comunicação da região. O encontro trouxe à tona a necessidade de reflexão sobre o diálogo em sala de aula, mediado pelas tecnologias, e considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso.

Como projeto de extensão, com investimento da Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), o evento teve como objetivo principal refletir sobre o impacto das mídias móveis no ensino de jornalismo. Em paralelo, como objetivos específicos, procurou-se:

- Entender o cenário e os desafios do ensino e do exercício do jornalismo em Mato Grosso do Sul;
- Promover o entendimento sobre as transformações ocorridas no jornalismo, casos da Agência Pública, Canal Futura, entre outros;
- Fortalecer o diálogo entre professores, profissionais e alunos em relação à formação do profissional;
- Discutir sobre as competências necessárias para uma alfabetização em mídia na perspectiva da educomunicação; e
- Ampliar o entendimento sobre o conceito da educomunicação.

Um dos pontos positivos do evento foi a sua própria concepção, que permitiu a participação de professores e acadêmicos na construção da proposta. Todos os cursos de jornalismo foram convidados a participar. Atualmente, o estado tem faculdades de jornalismo na UFMS, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na Universidade Estácio de Sá (Estácio), na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp/Anhanguera), todas em Campo Grande, e na Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS), em Três Lagoas.

Na ocasião, o professor doutor Ismar de Oliveira Soares apresentou a comunicação “A contribuição da educomunicação para o ensino superior”, ressaltando que o diálogo e a gestão democrática e participativa são chaves para as práticas transformadoras. Nesse sentido, Soares mostrou a relevância e a pertinência do paradigma educacional para equilibrar o tripé educação-comunicação-tecnologia. Em sua fala, ele mostrou

diversos exemplos de projetos que conseguem apontar novos caminhos para os jovens profissionais do século 21, que sejam mais libertários e protagonistas.

A iniciativa abriu a possibilidade de pesquisas em educomunicação no programa de Pós-graduação em Comunicação da UFMS, que já tem análises em desenvolvimento que investigam a consolidação do conceito na prática das escolas estaduais em Campo Grande desde a realização do projeto EducomRádio, no Centro-Oeste, em 2004, e nas produções acadêmicas desde a realização do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em Campo Grande, em 2001. Outro desdobramento do evento foi o projeto de pesquisa “A contribuição da educomunicação para o ensino superior”, em andamento, que vai dar continuidade ao mapeamento das pesquisas sobre o tema no banco de teses da Capes, tanto em seu recorte regional quanto nacional, aprofundando as relações de comunicação/educação nos cursos de jornalismo do estado.

O curso de jornalismo também ofereceu, no primeiro semestre de 2017, a disciplina optativa *Mídia-Educação*, que focou a relação comunicação/educação em instituições de educação tanto formais quanto não formais. Os acadêmicos que participaram foram incentivados a repensar as interações com os meios de comunicação e tecnologia no curso de jornalismo e realizaram, também, como avaliação final, um projeto de intervenção em uma organização ou comunidade. Como fruto da disciplina, dez acadêmicos voluntariamente participaram de um projeto-piloto de 16 semanas com alunas da escola bilíngue Harmonia, em Campo Grande. Uma vez por semana, os encontros proporcionaram a oportunidade de entender a mediação tecnológica, as linguagens dos veículos de comunicação e as relações dialógicas em sala de aula. Ao final, houve o desenvolvimento de um *blog* sobre viagens e turismo.

CONSIDERAÇÕES PROCESSUAIS

Nos cursos de jornalismo, mais do que em quaisquer outros, por este lidar diretamente com a comunicação, deve ser evidenciada a ideia de *reciprocidade*, e não o conceito estanque de *transferência de saber*. A proposta é resgatar o pensamento de Paulo Freire sobre o conceito de comunicação enquanto “encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE *apud* MEDITSCH; FARACO, 2003, p. 27).

Nesse sentido, é fundamental aproximar a reflexão acerca das importantes práticas educacionais ao curso de jornalismo, tendo como base os pressupostos freireanos

que veem a transformação e a emancipação do sujeito por meio da relação estreita entre educação e comunicação.

O ensino superior deve estar focado no fortalecimento da capacidade de reflexão dos alunos, incentivando-os a construir criticamente argumentos e pensamentos, inclusive sobre as maneiras de participação ou compartilhamento de informações na Internet, principalmente nas redes sociais. Por isso, as experiências com os dispositivos móveis, sobretudo, devem fazer parte da preocupação dos professores, não apenas em pesquisas acadêmicas, mas principalmente em suas relações em sala de aula e com os alunos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Angelo Sottovia. Cenário de convergência desafia a formação de jornalistas. In: BRONOSKY, Marcelo Engel; CARVALHO, Juliano Maurício (Orgs.). **Jornalismo e convergência**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 89-113.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 485-506.

IJUIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2009.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. São José: Alforja, 1994.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LAGO, Claudia. Educomunicação e jornalismo. In: COLÓQUIO MATO-GROSSENSE DE EDUCOMUNICAÇÃO, 2., 2016, Alto Araguaia. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em educomunicação, 2016.

LEMONS, André. Cibercultura como território recombinate. In: TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTO, Edilson (Orgs.). **A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa**. São Paulo: ABCiber: Instituto Itaú Cultural, 2009. v. 1, p. 38-46. (Coleção ABCiber).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La educación desde la comunicación**. Enciclopédia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Acción e ideologia: psicología social desde Centroamérica. **Boletín de AVEPSO**, El Salvador, v. 11, n. 3, dic. 1985.

MEDITSCH, Eduardo; FARACO, Mariana Bittencourt. O Pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 26, n. 1, p. 22-46, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2Per7qa>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

MESSIAS, Claudio. **Duas décadas de educomunicação: da crítica ao espetáculo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Aracaju, v. IX, n. 2, maio/ago. 2007.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e ação cultural pela emancipação: uma práxis jornalística com base nos conceitos de Paulo Freire**. 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PEREIRA, Antonia Alves; PARENTE, Cristiane. Educomunicação e ciberjornalismo: aproximação e sintonia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIBERJORNALISMO, 7., 2016, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Ciberjor: UFMS, 2016. 14 p.

PEREIRA, Antonia Alves; PEDRINI, Jociene Carla Bianchini Ferreira; SCALOPPE, Marlucci de Oliveira Machado. Processos comunicativos e produções colaborativas nos cursos de jornalismo da Unemat, UFMT/Cuiabá e UFMT/Araguaia: uma análise dos novos PPCs. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROFESSORES DE JORNALISMO, 17., 2018, Palmas. **Anais...** Palmas: Abej: FNPJ: UFT, 2018.

PERUZZO, Cicília. **Televisão comunitária**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PINHEIRO, Rose Mara. **A educomunicação nos centros de pesquisa do país: um mapeamento da produção acadêmica com ênfase à contribuição da ECA/USP na construção do campo**. 2013. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINHEIRO, Rose Mara. Educomunicação, jornalismo e consumo. In: LAGO, Claudia; VIANA, Claudemir (Orgs.) **Educomunicação: caminhos da sociedade midiática pelos direitos humanos**. São Paulo: ABPEducom/NCE-USP: Universidade Anhembi Morumbi, 2015. p. 327-334.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo Ruschel. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. **Contracampo**, Niterói, v. 14, p. 37-56, 2006.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROTHBERG, Danilo. Jornalismo, educação profissional e diretrizes curriculares. In: SOARES, Murilo Cesar et al. (orgs.). **Mídia e cidadania: conexões emergentes**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 217-232.

SAAD, Elizabeth Corrêa. Cibercultura: um novo saber ou uma nova vivência? In: TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTO, Edilson (Orgs.). **A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa**. São Paulo: ABCiber: Instituto Itaú Cultural, 2009. v. 1, p. 47-51. (Coleção ABCiber).

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte**, Brasília, ano I, n. 2, p. 19-74, jan./mar. 1999.

NOTAS

- 1 Os projetos de extensão que atuamos foram jornalismo, tecnologia e educação e Revista Se Liga (em andamento).
- 2 As pesquisadoras são coordenadoras dos grupos de pesquisa “Jornalismo, educomunicação e cidadania” e “A contribuição da educomunicação para o ensino superior”, ambos criados em 2017; do projetos de pesquisa “A educomunicação na contemporaneidade: uma análise sobre a relação comunicação/educação e o jornalismo” (2016-2019) e “Gestão da comunicação nos projetos de extensão Focagen, Revista Se Liga e Catis” (2014-2017).
- 3 Pesquisa realizada em 1º de julho de 2017. É importante evidenciar que, para tratar das informações referentes a esse levantamento de dados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, utilizaremos a expressão “educomunicação” em letra minúscula.
- 4 Educomunicação: As múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social, na Europa, Estados Unidos e América Latina. (No prelo).

Artigo recebido em 30 de julho de 2017.

Artigo aceito em 1º de abril de 2019.